



## VOZES DA FRONTEIRA: RESGATE DA MEMÓRIA CAMPONESA

Luiz Noboru Muramatsu  
Doutor em História – UFES

**RESUMO:** Ecoporanga, município situado no Noroeste do Espírito Santo, distante cerca de 290 km da capital Vitória, foi palco de intensos conflitos agrários entre 1950 e 1962. Nesta época esta área era conhecida por “região do contestado” devido a indefinição de limites entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais. Situada em frente pioneira e com grande extensão de terras devolutas, Ecoporanga passa a receber forte corrente migratória a procura de terras oriunda do sul da Bahia e leste de Minas Gerais. Duas formas de direito se confrontam neste momento: o suposto direito de propriedade do fazendeiro e o de posse dos camponeses. A difusão da ideia de reforma agrária no Governo Goulart influiu no acirramento das lutas. O desfecho histórico foi a expulsão, com o uso da força policial, durante o Governo Lindemberg, de todas as famílias de posseiros. Neste trabalho procuramos tecer algumas considerações sobre o uso da micro-história e o recurso da história oral para resgatar a saga dos posseiros, incluindo um rápido comentário sobre o surto de um movimento supostamente místico-religioso liderado por Udelino Alves de Matos.

**Palavras-chaves:** Ecoporanga; Conflito agrário; Micro-história; História oral e memória; Udelino Alves de Matos.

**ABSTRACT:** Ecoporanga, municipality located in the northwest of the State of Espírito Santo, Brazil, about 290km from the capital city Vitória, was the stage for intense agrarian conflicts between 1950 and 1962. At that time, this area was known as “Contested Region”, due to the undefined border limits between the states of Espírito Santo and Minas Gerais. Located in a pioneer front and having large amounts of unclaimed land, Ecoporanga started to receive a strong flow of land-seeking immigrants from the south of the State of Bahia and east of Minas Gerais. Two forms of legal rights were confronted at that time: the supposed farm owner's property rights and the peasants' ownership. The spread idea of agrarian reform in Goulart's Federal Government helped worsen the fights. The historical denouement was the expulsion of all landholder's families using police force, during the

Lindemberg State Government. This study aims to discuss the use of micro-history and the oral history resource so as to recover memories of the landholders' saga, including a short comment on the rise of a reportedly mystical-religious movement led by Udelino Alves de Matos.

**Keywords:** Ecoporanga, Agrarian conflict, Micro-history, Memory and oral history, Udelino Alves de Matos.

### **A fronteira e suas lutas**

Entre 1950-1962 ocorreram intensos conflitos agrários na região Noroeste do Espírito Santo, particularmente no município de Ecoporanga<sup>446</sup>, envolvendo de um lado, posseiros e do outro, grandes proprietários. É possível selecionar três características históricas e geográficas dessa região que definem a singularidade desses conflitos.

Primeiramente, Ecoporanga se encontra dentro de um espaço geográfico que se convencionou chamar de "Região do Contestado" em que os limites entre o Estado de Minas Gerais e Espírito Santo não estavam bem definidos. (PONTES, 2007, passim). Embora este fator não seja a causa principal dos conflitos entre posseiros e fazendeiros, contribuiu para a sua ocorrência, pois criou uma situação de indefinição quanto a jurisdição sobre a propriedade em litígio.

A segunda característica está ligada à situação histórica das terras: tratava-se uma região de frente pioneira com vasta extensão de terras devoluta (MOREIRA, 2005, p. 223-224). Uma grande corrente migratória se dirige para esta frente pioneira vindos principalmente da Bahia e Minas Gerais para ocupar essas terras. (MARTINS, 1975, P. 43-50). Nas décadas de 1950 e 1960 ocorreu, portanto, um intenso movimento de legitimação de terras, tanto por parte de pequenos posseiros, como dos grandes fazendeiros.

A terceira característica diz respeito a conjuntura política por que passava o Brasil

---

<sup>446</sup> Ecoporanga dista aproximadamente 350 km da capital Vitória. É o terceiro maior município do Estado do Espírito Santo com 2.294.52 Km<sup>2</sup>. Comporta os seguintes distritos e povoados. Distritos: Cotaxé, Imburana, Joaçuba, Prata dos Baianos, Santa Luzia do Norte, Santa Terezinha e Muritiba. Povoados: Santa Rita, Ribeirãozinho, Córrego Dois de Setembro, São Geraldo, Vermelho, Itapeba, Osvaldo Cruz e Patrimônio da Bandeira.

neste período. Particularmente na década de 1960, no governo Goulart, quando se propagou a ideia da reforma agrária nos moldes populistas. Esta ideia esteve presente entre posseiros da região. Assim, esta possibilidade de ocupação das terras mediante o mecanismo legal da reforma agrária pode ser apontado como um dos elementos explicativos da conflagração dos conflitos na região. Essas três características formam o panorama social, histórico e político em que ocorreram as tensões sociais na área. Na base dos conflitos está a luta pela terra envolvendo os “pioneiros” dessa região: posseiros *versus* grandes proprietários.

Em função deste cenário, formou-se uma tradição de luta pela terra nesta região. Esta tradição de luta foi-se constituindo ao longo do tempo, tendo o seu ponto alto no governo Goulart e declinando com a implantação do regime militar. Nos inícios dos anos 1950, Udelino Alves de Matos, um visionário vindo da Bahia tentou fundar um Estado independente na região do contestado, ocupando terras e distribuindo-as entre posseiros. Conhecido como Estado União de Jeovah, teve vida efêmera tendo em vista a forte repressão policial que se abateu sobre ele. Entre 1959 a 1961 intensos conflitos foram registrados entre posseiros e os supostos<sup>447</sup> donos da Fazenda Menezes no distrito de Cotaxe, no Córrego do Limão. Lideranças de posseiros se filiam ao Partido Comunista para estabelecer uma resistência organizada contra a ação de despejo movida pelos supostos proprietários e a polícia de Mucurici e Ecoporanga. Um líder camponês é morto e dois policiais saem gravemente feridos no confronto.

Um dos momentos críticos dessas tensões ocorreu no dia 13 abril de 1962, na Fazenda Rezende, localizada no distrito de Itapeba, quando os supostos donos, com o auxílio de uma “diligência” policial, composta de 16 soldados, resolveram adentraram pela propriedade e despejar 40 famílias de posseiros ali instalados procedendo a queima de suas casas. Houve resistência dos posseiros e no confronto um soldado foi morto e um saiu ferido. Como represália, o governo do Estado, na época, Carlos Monteiro Lindemberg, enviou cerca de 180 soldados partindo de Vitória e Colatina e a ocupação militar da Fazenda Rezende se deu no

---

<sup>447</sup> A palavra “supostos” será repetida várias vezes no texto, pois de fato, havia sérias dúvidas sobre a titularidade das terras dos fazendeiros.

dia 18 de abril.<sup>448</sup> Essa intervenção provocou a morte de quatro posseiros e a CPI que se instaurou naquele ano relata uma série de outras atrocidades como ameaças a políticos locais que davam certo apoio aos lavradores, torturas, estupros e desaparecimento de posseiros. Além da CPI citada, dois Inquéritos Policiais foram instaurados, mas os autores dos assassinatos nunca foram indiciados, tanto da parte da polícia quanto dos posseiros.

### **Amnésia social**

Tais conflitos são poucos conhecidos e poucos estudados pela historiografia. Igualmente, os fatos que marcaram tragicamente a história do município se apagaram na memória coletiva local. Na sede Ecoporanga, os mais velhos (acima de 60 anos) tem uma vaga lembrança dos conflitos na “região do contestado”. Porém, à medida que nos aproximamos dos locais específicos onde ocorreram os conflitos, tais como Cotaxé, Itapeba, Imburana, Estrela do Norte, os poucos “velhos” destas comunidades, sobreviventes do passado, preservam na memória histórias daquela época, redefinidas pela vivência do presente.

O desconhecimento sobre os conflitos é quase completo entre os jovens entre 14 a 18 anos. Uma rápida pesquisa feita por nós, em 2015, com 300 alunos do ensino médio de uma escola pública local revelou que 90% nunca ouviu falar dos conflitos agrários que provocaram a morte de policiais e camponeses. Dos 10% restantes, apenas 2%, isto é, seis alunos fizeram vagas referências sobre a criação de um Estado religioso na região. Esta constatação é indício de que tais fatos não foram preservados na memória local. Não passou de geração em geração seja pela tradição oral ou escrita<sup>449</sup>. Caiu no esquecimento. Sugestivamente, expressando uma mentalidade, uma leitura de realidade, que espelha o contexto atual dos movimentos de lutas sociais foi que para aqueles que para aqueles que dissertaram que sabiam dos conflitos referiam-se a eles como discriminação contra negros, problemas causados pelo MST e alguns apontavam a destruição do meio ambiente pela cultura do eucalipto embaralhando os tempos históricos em que tais fatos ocorreram.

---

<sup>448</sup> A Gazeta começou a publicar notícias sobre os conflitos do dia 18 a 25 de abril de 1962. Ver referência completa no final do artigo.

<sup>449</sup> No currículo escolar, nas matérias de História e Geografia embora haja um item que obriga o aluno a estudar assuntos ligados à cidade, os conflitos aqui tratados nem são mencionados.

Assim, o que se pergunta é: dado esta “amnésia social” (SANTOS, 1993; BURKE, 2006), será possível historiar os conflitos agrários nas chamadas frentes pioneiras no Noroeste do Estado do Espírito Santo tentando reconstruí-los através da “memória coletiva”<sup>450</sup> local? Ainda restaram traços dessa história na memória dos moradores da região? Seria possível fazer o resgate dessa memória? Ou, pelo contrário, essa história teria que ser buscada em documentos oficiais tais como processos, mensagens e correspondência dos governos da época? E neste caso não estaríamos correndo o risco de reconstruir a história do ponto de vista de uma camada social apenas, aquela que ocupava cargos de poder a partir dos quais se produziu tais documentos?

Para entender minimamente os mecanismos do esquecimento social, vamos recorrer às colocações de BURKE (2006 p. 69-89). Teorizando sobre os usos da memória social, Burke faz uma pergunta que interessa diretamente para os nossos propósitos. Pergunta ele: por que algumas culturas parecem mais preocupadas que outras em lembrar seu passado? Para responder a esta pergunta, Burke mostra como determinados povos se relacionam com o seu passado. Apresenta o exemplo da cultura de dois povos, que tratam o seu passado de forma diametralmente opostas: o tradicional interesse dos chineses pelo seu passado e a tradicional indiferença dos indianos para com o deles. Prossegue com dois outros exemplos: irlandeses e poloneses tem memória social relativamente longa. Confrontando irlandeses e ingleses, cita um bispo americano (Fulton Sheen) o qual comentava o que os ingleses fizeram com os irlandeses na época de Cromwell: **“Os ingleses jamais se lembram disso: os irlandeses jamais se esquecem”**, (grifos nossos, p. 82). Burke parece dar a entender que o ato de esquecer/lembrar tem a ver com a questão da opressão. Povos ou grupos que tiveram papel de opressores gostariam de esquecer do que foram. Pelo contrário, povos ou grupos que sofreram a opressão tendem sempre a rememorar esse passado. Por exemplo, no caso acima, os ingleses preferem esquecer. Segundo Burke, sofrem ou se regozijam do que se chamou de “amnésia estrutural”. Para Burke, “amnésia estrutural” é o oposto complementar do conceito de “memória social”, e portanto ele prefere usar o termo “amnésia social”. Esta correlação vencedores-esquecimento e vencidos-lembrança

---

<sup>450</sup> Estamos usando este conceito no sentido empregado por Halbwachs (1968). Os nossos entrevistados são os “velhos” da localidade. Por isso, o trabalho de Ecléa Bosi (1979) se mostrou fundamental para a pesquisa.

fica clara neste trecho de Burke:

Porque esse agudo contraste de atitudes para com o passado em diferentes culturas? Diz-se muitas vezes que a história é escrita pelos vencedores. Eles podem dar-se ao luxo de esquecer, enquanto os perdedores não conseguem aceitar o que aconteceu e são condenados a remoê-lo, revivê-lo, refletir sobre como poderia ter sido diferente. Outra explicação para isso poderia ser em termos de raízes culturais. Quando se têm essas raízes, pode-se considerá-las como certas, mas quem não as têm sente necessidade de procurá-las. Os irlandeses e os poloneses foram desarraigados, seus países divididos. Não surpreende que pareçam obcecados pelo passado. (2006, p. 83)

Dentro desta linha, há um esforço de preservar os acontecimentos da década de 1950 a 1960 em Cotaxé<sup>451</sup> enquanto parte da história do Espírito Santo. A “resistência camponesa em Cotaxé” tem sido, de três anos para cá, objeto de rememoração, numa tentativa de preservar sua memória. Há um esforço coletivo da intelectualidade capixaba, particularmente por iniciativa de professores, pesquisadores e alunos da UFES, bem como de parte da população de Cotaxé e Ecoporanga em resgatar uma memória efetiva sobre o que aconteceu em Cotaxé. A forma encontrada foi a de promover todo ano um encontro na modalidade de seminários relembrando os acontecimentos, principalmente a resistência camponesa em Cotaxé e a tentativa de Udelino em fundar um Estado naquele distrito. O Seminário é realizado anualmente no mês de junho em Cotaxé com ênfase na História, ficção e outras linguagens, tais como danças, oficinas em que há, mediante estas atividades, o esforço coletivo de pesquisadores, poetas, cantores de marcar na memória local os fatos ali ocorridos.

Quando resolvemos, em 2011, reconstruir a “saga” dos camponeses naquela região, especificamente dos posseiros em Cotaxé, Imburana e Estrela do Norte, tivemos em mente essas colocações de Burke. Tratava-se de um desafio, pois não sabíamos o que íamos encontrar pela frente. Este desafio ainda persiste. O que pudemos observar é a escassez de documentação escrita a respeito<sup>452</sup>. Em face da pouca documentação escrita adotamos a estratégia de fazer a pesquisa de campo utilizando o recurso da história oral. Ou seja, a intenção era (e ainda é) a reconstrução história do que aconteceu contada pelos próprios posseiros, mas

---

<sup>451</sup> Falamos genericamente de Cotaxé, porém o conflito se deu também nos povoados vizinhos de Estrela do Norte, Itapeba, Imburana e Joaçuba.

<sup>452</sup> Os principais trabalhos são os seguintes: Vilaça (1997; 2007), Dias (1984), Gomes de Souza (1998), Pontes (2007)

também fazendeiros, comerciantes, policiais, advogados, oficiais de justiça e políticos que vivenciaram os acontecimentos. Seguimos aquela recomendação de Boris Fausto citada mais a frente: buscar o relato das pessoas comuns.

Assim, durante os de 2012 a 2015 (nos meses de janeiro a março), nos períodos de férias universitárias, nos dirigimos para a região para procedermos as entrevistas. A utilização da história oral<sup>453</sup> como recurso metodológico não exclui a documentação histórica. Porém aquela não está sendo utilizada como recurso complementar desta, como se fosse um apêndice auxiliar. A reconstrução da história dos conflitos mediante a utilização da história oral desempenha um papel central na pesquisa. Procedemos ao trabalho de cotejar as fontes de informação. Por exemplo, nos casos em que era possível, cotejamos as informações das notícias dos jornais da época com as existentes nos documentos tais como as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e estas com os depoimentos orais. Muitas informações só podem ser obtidas através dos depoimentos orais dos personagens dessa história. Nos depoimentos orais tivemos a preocupação não apenas de coletar as informações, mas, sobretudo de registrar o modo como o depoente apresentava essa informação, a partir da história de vida dele.

Este estudo guarda algumas peculiaridades. Trata-se da história do tempo presente. Pois tivemos a possibilidade, diríamos até, a felicidade de encontrar, embora poucas, pessoas ainda vivas que se envolveram direta ou indiretamente nos conflitos da época. Em segundo lugar, é um estudo que toma como base não a grande história, mas a micro história<sup>454</sup>. FAUSTO (2009: 9) sintetiza muito bem os principais objetivos da micro-história como um gênero histórico de grande prestígio atualmente:

a) Reduzir a escala de observação do historiador, a fim de apreciar ações humanas e significados que passam despercebidos quando se lida com grandes quadros; b) concentrar essa escala em pessoas comuns e não em grandes personagens, buscando ouvir sua voz; c) extrair de fatos aparentemente corriqueiros uma dimensão sociocultural relevante; d) apelar para o recurso da narrativa, ao contrário da história das grandes estruturas, sem, entretanto confundir-se – dado seu conteúdo e seu estilo – com as narrativas tradicionais, predominantes no século XIX; e) situar-se no terreno

---

<sup>453</sup> Baseamos nos seguintes autores para a utilização desta metodologia: Thompson (1992) Meihy (2002), Ferreira e Amado (2002)

<sup>454</sup> Historiador fundamental desse gênero é Ginzburg,(1988)

da história, o que significa apoiar-se nas fontes, delimitando-se assim, claramente, da obra ficcional.

Acreditamos que nosso trabalho<sup>455</sup> se enquadra na linha da micro-história pela sua proposta e sua abordagem. Partimos do aspecto geral para um objeto em particular, afunilando aos poucos o enfoque. Vamos gradativamente reduzindo a escala de observação. Da história agrária brasileira passamos para o estudo zona pioneira do noroeste capixaba, deste para a região conflituosa de Ecoporanga e dentro deste município passamos a estudar os conflitos nas fazendas Rezende e Menezes. Delimitando ainda mais o objeto, analisamos em detalhe através de Inquéritos policiais da época e do recurso da história oral, os assassinatos de posseiros e soldados dentro das fazendas. Assim, conversamos com pessoas comuns, que na época eram posseiros, soldados, comerciantes. As pessoas comuns aparecem tanto nos inquéritos policiais como também são elas próprias as personagens centrais das nossas entrevistas. Através das suas histórias de vida pretendemos narrar o que foi “o conflito do Cotaxé”. FAUSTO (2009, p. 9) assinala a importância de narrar a vida e dar a palavra às pessoas comuns:

(...) suas vidas e suas interações com um amplo contexto social surgem como chaves de entendimento de ângulos ignorados desse contexto, como se fossem fochos de luz, capazes de alcançar lugares escuros de uma sala que a luminária do teto não alcança.

Por último, cabe observar que o resgate da memória camponesa, isto é, da fala do homem simples<sup>456</sup> não descarta a importância de se pesquisar as fontes históricas. Guiados por esta abordagem da micro-história fomos em busca da história de vida do homem simples, no nosso caso, o personagem principal dessa história: o posseiro.

Um primeiro fato que observamos foi que das mais de 300 famílias de posseiros que existia na época, a grande maioria foi embora de Ecoporanga após 1962. Hoje só restaram apenas 5 famílias, das quais 4 conseguiram um pedaço de terra num dos 12 assentamentos rurais existentes no município. Uma única família conseguiu

---

<sup>455</sup> A presente comunicação toma como base algumas considerações metodológicas e os resultados parciais do nosso trabalho de pesquisa para elaboração de tese de doutorado que estamos desenvolvendo desde 2011, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Área de concentração: História social das relações políticas. Provisoriamente o título da tese é: “Camponês em movimento e movimento camponês” (História dos conflitos agrários no Noroeste do Espírito Santo 1950-1962).

<sup>456</sup> O termo “homem simples” está sendo utilizado aqui no sentido que é empregado por Ianni (1975) e Martins (2000).

comprar uma pequena propriedade após uma vida inteira de trabalho. É a família de seu Perpétuo<sup>457</sup>.

Sua história de vida representa uma das versões da saga dos posseiros em Cotaxé. Sua família é oriunda de Minas Gerais. Perpétuo era adolescente, quando seus pais, em busca de terra, vieram para o Patrimônio do Ronco (hoje Joaçuba) em 1939. Seu pai e parentes souberam da existência de terras livres (públicas, devolutas) em Ecoporanga e, portanto se dirigiram para lá. Na verdade, havia duas modalidades de ocupação da terra: ou o posseiro pioneiro se apossava de uma área e solicitava a medição e a legalização dela (posseiro de primeira geração)<sup>458</sup>, ou comprava a posse de um posseiro de primeira geração. Esta segunda alternativa se apresentou para a família de Perpétuo. Como seu pai não tinha recursos para comprar a posse, se associou a um “compadre” que o transformou num meeiro:

Então, meu pai trabalhava mais ele e ele dizia que ia dividir esta terra com meu pai. Mas quando chegou na hora, ele botou meu pai prá trabalhar e depois de meu pai trabalhar, não dividiu a terra nada! Nós moramos 23 anos com esse [...] No fim de 23 anos, o pai contando que ia ter uma terra, o homem saiu fora. Vendeu a terra dele e nós ficamos voando. Ai meu pai resolveu ir pró Rezende. A coisa ficou feia, pai falou: “Não!..Já que aqui eu não consegui eu vou ver se eu consigo lá. Vou invadir.” Depois de 23 anos, depois de tudo isso fomos pró Rezende (depoimento de Perpétuo).

Esta é uma das modalidades de ocupação. Mediante invasão de uma propriedade supostamente legalizada. Porém, há outras modalidades. O posseiro nem sempre foi o “invasor”. Muitas vezes ele chegou antes do que o grande fazendeiro. Já se encontrava na terra muitos anos antes e mediante títulos forjados o grande fazendeiro tenta expulsar o posseiro. Foi o que aconteceu em outras fazendas da região como, por exemplo, na Fazenda Menezes de 440 hectares em que o comprador Sr. Lamartine Loureiro, mediante supostas escrituras de compra e venda oficializadas em cartórios de Teófilo Otoni informava que era dono de mais outros 1.662 hectares em Ecoporanga, justamente nas áreas onde se localizam os posseiros de Cotaxe. Aqui, até onde as fontes históricas nos permite concluir, foi o posseiro que se encontrava primeiro nas terras e não o contrário<sup>459</sup>.

---

<sup>457</sup> Por questão de privacidade estamos usando um nome fictício para este filho de posseiro. No curto espaço que permite este artigo faremos referência apenas ao histórico dessa família.

<sup>458</sup> Esta medição e legalização se dava através do pagamento da taxa para este fim junto a Delegacia de Terras que na época ficava em Barra de São Francisco, vinculada à Secretaria da Agricultura, Terras e Colonização. Divisão de Terras e Colonização.

<sup>459</sup> Ação de Reintegração de Posse. Lamartine Loureiro contra João Ruas.

Porém, no caso da Fazenda Rezende, se caracterizou como um movimento de ocupação mediante invasão, como reconhece Perpétuo. Em se tratando de frente pioneira, centenas de famílias estavam nas mesmas condições daquelas vividas pela família de Perpétuo: vieram de longe a procura de terras. Perceberam que ali havia terras abandonadas, improdutivas. A intenção de invadir tem seu respaldo político na conjuntura da época em que se propagou a ideia de reforma agrária do Governo Goulart, dentro do quadro mais amplos das “Reformas de Base”. Embora não se falasse ainda em desapropriação de terras improdutivas para fins de reforma agrária, circulava ideia parecida que encorajavam os camponeses a ocuparem os latifúndios. Por outro lado, não é de se menosprezar o exemplo das Ligas Camponesas em Pernambuco nesta época. Em Ecoporanga uma acirrada luta política pelo poder local polarizou PTB versus PSD, na disputa pela prefeitura em 1962. De um lado o deputado João Corsino de Freitas do PTB, e seus correligionários, com, destaque para Altamiro Felisberto Teixeira, acusado pelos seus adversários políticos de estimular posseiros a invadirem as fazendas Rezende e Menezes. Do outro, o então prefeito Tolentino Xavier e o presidente do PSD local e grande madeireiro, Mario Marques representando os interesses dos grandes proprietários. Evidentemente, se de um lado, a ideia de uma reforma agrária não agradava os fazendeiros, por outro, era uma bandeira de luta dos posseiros. É neste cenário político local, que em 1961, após uma reunião em Itapeba, centenas de famílias decidiram invadir a fazenda Rezende:

No Rezende foi posseiro. Invadiram, cada um foi lá e mediu o seu pedaço. Ai, quando o Rezende soube... porque ele morava no Rio, soube que o pessoal tava invadindo a terra dele, trouxe a captura... falavam captura na época, né. Pôs os policiais em cima, queimou casa de todo mundo. [você sabiam que era do Rezende?]. Sabia! Sabia que a fazenda era do Rezende, mas tava abandonada! Como ela tava abandonada lá então o pessoal foi lá e invadiu. Juntou um monte de gente, foram lá e invadiu. Meu pai também enfiou no meio [Você lembra se era muita gente?]. Era! Vou falar pró cê a verdade... foi prá mais de 400 famílias.(Perpétuo, depoimento)

Transcorrido menos de um ano, entre dezembro de 1961 a abril de 1962, todas as famílias de posseiros foram expulsas da Fazenda Rezende e outras tantas da Fazenda Menezes. Deve-se fazer o registro histórico da forma como foi feito o despejo<sup>460</sup> das famílias de posseiros em quaisquer modalidades de ocupação (se já

---

<sup>460</sup> Usamos propositadamente a palavra *despejo*, pois foi isso que aconteceu. O posseiro aí não é tomado como ser humano. Mas como coisa que pode ser *despejada*. Aliás, o direito numa

estavam ou não antes dos grandes proprietários). O despejo foi acompanhado de uma ação policial extremamente violenta e sem nenhuma cobertura legal. Muitas vezes acompanhada pelos próprios fazendeiros e seus jagunços esta ação se caracterizou como uma verdadeira chacina. Tendo em vista os rumores de uma eminente rebelião camponesa devido a prisão de um de seus líderes, a operação militar pautou pela seguinte estratégia: a) sequestrar todo tipo de armamento e munição (espingarda, cartucheira, clavinotes, pólvora, chumbo e balas) encontradas no comércio local (nos empórios e vendas), b) fazer o cerco da fazenda, c) localizar os chefes de família e prendê-los c) proceder a queima das casas dos posseiros e d) despejá-los das fazendas. Mediante esses procedimentos a operação militar foi coroada de sucesso já que os posseiros opuseram pouca ou nenhuma resistência tal a desigual correlação de forças entre a polícia e eles. Há relatos de muitos mortos cujos corpos nunca foram encontrados. Nos depoimentos da CPIs e IPMs as mulheres reclamam do desaparecimento de seus maridos. Há relatos macabros de corpos de posseiros, boiando, descendo o Rio Cotaxé e urubus sobrevoando numa grota próxima ao Córrego da Precata.

Após a expulsão, num primeiro momento, muitas famílias passaram a viver, provisoriamente, de favor, na casa de conhecidos nos povoados próximos de Cotaxé, Itapeba, Joaçuba, Imburana e Estrela do Norte. Tempos depois, algumas ficaram pela região trabalhando como meeiros e diaristas. Muitos foram para Rondônia a partir de um programa do Governo na época, outros para o Paraná e até mesmo para São Paulo. Outros migraram para o meio urbano nos municípios periféricos que compõem a Grande Vitória como Serra, Vila Velha, Cariacica.

Ao se dirigirem para a cidade, deixaram a condição de camponês para assumir a condição de trabalhadores não qualificados nos interstícios do mercado de trabalho urbano como pedreiros, ajudante de pedreiro, empregada doméstica, ou executando trabalhos informais. Na passagem do mundo rural para o mundo urbano, também redefiniram sua identidade: não são mais camponeses que trabalham a terra, transformando-se em trabalhadores urbanos braçais. Não plantam mais, não criam galinhas nem porcos, não entram nas matas, não pescam, não colhem mais os frutos da terra. Tudo isso ficou no passado. O ex-posseiro na cidade é um

---

sociedade como a nossa onde a defesa do patrimônio é mais importante do que a defesa da pessoa, a ação de *despejo* acompanha um instrumento jurídico claro, a reintegração de posse.

desenraizado.

### **Desenraizamento social**

Observar o fenômeno histórico do desenraizamento social do camponês é fundamental para entendermos por que é tão difícil para esta classe ter uma identidade de pertencimento a um grupo e a partir daí produzir uma “memória coletiva”. Se nas décadas de 1950-60 houve um grupo social identificável como “posseiros” que lutou pela terra, hoje não há mais. Passaram por Ecoporanga e não deixaram raízes. Vieram da Bahia, de Minas e mesmo do Espírito Santo, sem terras, a procura de terras, mas saíram de lá igualmente sem terra. Foram expulsos de lá. As fazendas onde tinham posses foram todas transformadas em pastagem. Ecoporanga que na década de 1960 possuía quase 75 mil habitantes hoje chega, se tanto, a 23 mil habitantes. Cotaxé, que na época era maior do que Ecoporanga e onde se concentrava a maior parte dos posseiros, parece hoje mais uma cidade fantasma.

O posseiro tentou criar raízes, produzir uma identidade local. Os velhos falam com muita saudade do mercado que ficava na praça central de Cotaxé onde se processavam as trocas dos inúmeros produtos da roça dos posseiros: arroz, feijão, milho, mandioca, batata, inhame, frutas, hortaliças, vários tipos de criação, de aves e animais. No córrego do Limão da área que supostamente fazia parte da Fazenda Menezes, restam apenas ruínas de casas e uma Igreja abandonada. Mas na época em que os posseiros ocuparam este local se constituiu até um “Patrimônio”, com dezenas de casas, com escola, igreja e até um campo de futebol. Hoje, semelhante ao que aconteceu na Fazenda Rezende, no Córrego do Limão só se vê pastagem e o gado tomou conta da paisagem.

Devido a expulsão, não há como o posseiro ter deixado sua herança em Cotaxé. Não há patrimônio material. Ficaram apenas história de sua passagem. Trata-se na verdade de uma diáspora. Estrangeiro na sua própria terra, o posseiro não cria raiz. Na verdade, esta tem sido a saga de boa parte do campesinato brasileiro: é a história de uma grande **diáspora interna**. Este termo “diáspora” é empregado por HALL (2013:25-50) para se referir a uma situação de imigração (de um país de origem, a pátria mãe para um país de chegada). No nosso caso, trata-se de um

deslocamento ***dentro do próprio país***, de uma região para outra, deixando sua terra (região de origem) para trás. Autores como DURHAM (1973) e MARTINS (1986), dentre muitos outros, trabalhando a partir de diferentes enfoques apontam para um dado comum crucial nestas migrações internas: o desenraizamento social dessa população.

Para a maioria deste campesinato, durante o percurso de uma vida não acontece apenas uma migração, mas várias. Na história de vida dessa população ocorrem inúmeros deslocamentos motivados pela procura de melhores oportunidades de trabalho de tal modo que ela não cria raiz em lugar algum. Em muitos casos, de tão constantes são estes deslocamentos que acabam por se transformarem em migrações temporárias. Nestes termos, a questão crucial que se coloca para nossa pesquisa é saber como este grupo (no caso o campesinato) em constante deslocamento pode construir uma identidade de pertencimento a um grupo ou pelo menos a uma localidade.

Como um grupo consegue construir uma identidade se os constantes deslocamentos o deixam absolutamente desenraizado? Na análise que MARTINS (1986, p.45) faz sobre esta constante migração do camponês fica clara a fragmentação da sua identidade.

Mais do que trânsito de um lugar a outro, há transição de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca.

Ecléa Bosi (2013) num estudo sobre um dos últimos escritos de Simone Weil<sup>461</sup> nos indica o sentido profundo do que vem a ser enraizamento e a sua ausência, o desenraizamento. Seguindo Weil, informa que o enraizamento é a condição fundamental do ser humano. Ecléa Bosi está analisando Weil mas sempre se referindo a realidade brasileira. Falando de opressão entre culturas e povos (predador e presa, colonizador e colonizado) Ecléa Bosi mostra como estas práticas

---

<sup>461</sup> Ecléa Bosi refere-se ao texto: *A Condição Operária e Outros Estudos sobre a Opressão*. Vide referência completa no final desta comunicação.

desenraizam o oprimido, e apresenta um exemplo histórico muito próximo do que aconteceu em Ecoporanga.

No campo brasileiro a conquista acontece sob as formas de monocultura e pastagens. O arroz, a soja, a cana provocam tão forte migração de lavradores que se constituem em genocídio pelo número dos que vêm morrendo no caminho para o Sul. O arrozal em Goiás despojou o pequeno lavrador. Avançando destruiu sua roça, derrubou a mata, extinguiu a caça e a lenha, secou o olho d'água, invadiu seu cercado de galinhas e criações...formas de vida incompatíveis com a monotonia exclusiva do arroz. Como pensar em cultura popular em um país de migrantes. O migrante perde a paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a caça, a lenha, os animais, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, o entoado nativo de falar, de viver, de louvar a seu Deus... Suas múltiplas raízes se partem. Na cidade, a sua fala é chamada "código restrito" pelos linguistas, seu jeito de viver, "carência cultural", sua religião, credence ou folclore. (2003, p. 176)

Estas passagens impressionam pela semelhança com a situação histórica que estamos estudando. Basta substituir o avanço do arroz, pelo avanço da pecuária, também citada por ela. Os posseiros ali chegados antes dos grandes fazendeiros vão sendo expulso por estes que querem transformar tudo em pastagens. Não se trata apenas de um desenraizamento econômico, mas atinge a totalidade da pessoa do posseiro: sua roça, sua casa, sua cultura.

E aqui voltamos a dialogar com Peter Burke. Se foi possível reconstruir a história dos posseiros, eles mesmos não conseguiram produzir uma memória social. Ou seja, esse grupo esteve de passagem por Cotaxé. Não criou raízes. Na verdade são desenraizados, ou melhor, dizendo, foram desenraizados. Não puderam construir uma tradição popular. Então na nossa fala inicial quando constatamos que boa parte da nova geração nunca ouviu falar do massacre de posseiros em Cotaxé, esta "amnésia social" tem uma explicação. Os posseiros foram vencidos, foram expulsos da região, eles mesmos não puderam, enquanto grupo sedimentar sua versão da história. Porém, os processos de produção da memória não são estáticos. Os posseiros participaram de um contexto mais amplo, suas histórias, reais ou imaginárias passaram a reverberar por toda a região. São vozes que ecoam nessas fronteiras. Como afirma Ecléa Bosi, "Não buscar o que se perdeu: as raízes já foram arrancadas, mas procurar o que pode renascer nessa terra de erosão" (2013, p. 177).

Este renascimento pode ser visto na tentativa atual de resgatar a história de luta dos posseiros, incorporando-a a tradição da região. Memórias podem ser gravadas e

eternizadas em monumentos, nome de lugares, ruas e praças. Neste sentido houve uma votação recentemente para dar nome a praça principal de Cotaxé. Duas opções foram apresentadas: Praça Udelino Alves de Matos (homenageado o líder camponês) ou Praça Romeu Tinoco (fazendeiro e vereador que fez benfeitorias no distrito). Venceu o último. Na verdade a saga dos posseiros é muito recente, é historia do presente, ou melhor, de um passado recente. Talvez os vencedores não queiram recordar esse passado. Talvez Burke tenha razão. Parafraseando-o, sobre as mortes no Cotaxé: **“os fazendeiros jamais se lembrarão disso, os posseiros jamais vão esquecer”**.

### **Udelino: um visionário contra o latifúndio**

Reservamos esta ultima parte para tecer breves considerações em torno da figura de Udelino Alves de Matos. No curto espaço dessa comunicação, não vamos aqui narrar sua historia. Vários estudiosos já o fizeram, o que não impede que a nova geração de historiadores venha a fazê-lo, com outras abordagens. Pelo contrário, o resgate de sua historia deve ser um compromisso que o intelectual (seja historiador ou cientista social) deve assumir no sentido de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. A intenção aqui é operacionalizar alguns conceitos que permitem um melhor tratamento do seu caso, do nosso ponto de vista. Existem muitos outros enfoques igualmente válidos. A nosso ver, Udelino se transformou em um mito regional. A representação mitológica dele no imaginário popular confere-lhe atributos inexistentes no “retrato original”. Conforme assinala Nagel, existem dois tipos de historia

por um lado, a historia a que chama “objetiva” e que é “a série dos factos que nós, investigadores, descrevemos e estabelecemos com base em certos critérios “objetivos” universais no que respeita às suas relações e sucessões e, por outro lado, a historia a que chama “ideológica” e “que descreve e ordena esses factos de acordo com certas tradições estabelecidas”. Esta segunda história é a memória coletiva, que tende a confundir a história e o mito.(Apud LE GOFF, 1984, p. 14),

Os dois Udelinos existiram de fato: o real e o imaginário. Aceitando a classificação de Nagel, é possível enveredar através das seguintes investigações: fazer a “historia objetiva” do Udelino real, levantando “suas relações e sucessões” e ao mesmo tempo fazer a “história ideológica” do Udelino imaginário, isto é, de como, ao longo do tempo ele foi-se constituindo em um mito. Neste momento, “ideologia” não está

sendo empregada por nós no seu sentido marxista, como falsa consciência, inversão da realidade ou instrumento de dominação de classe (LÖWY,2003,p.15). Está sendo empregado justamente no sentido que lhe dá Nagel, reportando a Malinowsky: “um cantar mítico da tradição”.(p.14). A dificuldade inclusive para o historiador é a separação entre mito e realidade. Ao poeta e romancista não só é permitido, como faz parte intrínseca do seu ofício o recurso à ficção, pois ela é sua força criadora. Mas, ao contrário, para o historiador a narrativa sobre ele não pode ser a ficcional. Se quisermos fazer uma historia objetiva (no dizer de Nagel), então devemos nos apoiar nas fontes históricas<sup>462</sup>: cartas, relatórios, CPI, depoimentos, inquéritos policiais que tem relação com Udelino. Estas fontes existem? Se existem é tarefa do historiador explicar como o Udelino real foi se transformando num mito. Mito este reverenciado até hoje por camponeses e trabalhadores sem terra, por um lado, e desacreditado, falseado e até motivo de chacota por parte daqueles que se encontram nos cargos de poder desse Estado, por outro. Ao historiador considerar esta dupla dimensão do real, do fato e a interpretação do fato (mas que também já se torna fato), evita o risco de privilegiar um lado (objetivo, da realidade) em detrimento do outro (ideológico, do mito) ou de tomar um pelo outro.

A partir da historia pontual, dos pequenos detalhes, mas sempre a partir das fontes é possível fazer a narrativa da vida de Udelino e rebatê-la para o contexto histórico, e vice-versa: sua historia pode iluminar o processo de luta pela terra na frente pioneira, iluminar este período da historia capixaba. Só a partir das fontes históricas. Somente as fontes históricas vão nos permitir dizer se o movimento que Udelino liderou tem conotação messiânica ou outra orientação político religiosa. Exemplo desta abordagem histórica é o trabalho de Adilson Vilaça, *Cotaxé, a reinvenção de Canudos* (2007). Referência obrigatória para quem quer estudar o “caso Udelino”, nesta obra, inicialmente uma monografia, Vilaça narrar a historia de Udelino fazendo um contraponto com Antonio Conselheiro alicerçando, porém, suas considerações num cuidadoso trabalho de pesquisa das fontes históricas dentre elas inclusive a tomada de depoimentos orais. São trabalhos desta natureza que nos permite avançar e socializar um conhecimento comprometido em resgatar a historia do oprimido, e não como certa elite capixaba o tem visto: como uma figura “folclórica”. É que as camadas populares também têm seus heróis míticos. Udelino é um deles.

---

<sup>462</sup> Sobre o uso das fontes históricas nos baseamos em Bacellar (2011), Grimberg (2011)

E isto a elite não pode suportar.

Isto posto, gostaríamos de finalizar com algumas considerações que servem mais como pistas de investigação do que conclusões: O aparecimento de Udelino, nesta área de fronteira, com sua proposta político-religiosa a qual não se enquadra nos padrões da nossa racionalidade burguesa é o sintoma de que esta sociedade entrou, desde Antonio Conselheiro, numa profunda crise de identidade. O sintoma é social e histórico. Não é mera coincidência que muito próximo a esta região, em Teófilo Otoni, ocorreu, na mesma época de Udelino, em 1955, outro fenômeno de natureza místico religiosa. Ficou conhecido como a “aparicação do demônio do Catulé”.<sup>463</sup> No município de Malacacheta, um grupo de meeiros convertidos a seita Adventista da Promessa, apanhados pela crise de serem mandados embora passam a interpretar estes tempos difíceis como os finais dos tempos. Buscando salvação, começam a matar animais e na sequência quatro crianças são sacrificadas, pois segundo seus seguidores estavam possuídas pelo demônio. Um dos meeiros dissidente escapou e avisou a polícia. Esta foi implacável: matou todos da seita<sup>464</sup>.

“O Estado União de Jeovah” de Udelino e “Aparicação do Demônio do Catulé” são dois exemplos históricos ocorridos em regiões muito próximas, que indicam como as camadas populares, em momentos de crise aguda, mobilizam formas de explicação da realidade e a partir delas partem para ação prática. São esquemas explicativos que não se pautam pelos padrões da racionalidade da sociedade de mercado. O campesinato brasileiro, no seu amplo espectro, pequenos agricultores, meeiros, posseiros e assalariados rurais vão buscar na cultura popular, particularmente no catolicismo rústico a compreensão das causas que levaram ao *desencantamento do seu mundo* e é também na religiosidade que vão buscar armas para encantá-lo novamente. (MONTEIRO, 1974). Os camponeses não só tem esquemas explicativos diferentes dos nossos, como também vivenciam um tempo histórico diferente do “nosso”. A terra dá o ritmo das suas vidas. Há um tempo para plantar, um tempo para colher e um tempo para comer. O tempo é cíclico. Ele é real, calcado na natureza. Nós, da pós-modernidade, produtores e reféns das tecnologias vivemos um tempo que não tem começo, meio e fim. As coisas se dão simultaneamente. O

---

<sup>463</sup> Este fenômeno foi analisado por Castaldi e Queiróz (1957) e Martins (2014).

<sup>464</sup> A história foi transformada na clássica peça de Jorge Andrade denominada *Veredas da Salvação*.

tempo é linear, virtual, não tem historicidade.<sup>465</sup> É tarefa da História, da Sociologia, da Antropologia, da Ciência Política, da Geografia, enfim das Ciências Sociais em geral o reconhecimento da especificidade deste mundo agrário, e do camponês que ali vive com seus Udelinos, Antônio, João Marias, Galdinos para que, entendendo-os na alteridade, possamos acolhe-los a igualdade.

Quando iniciamos nossas pesquisas em 2012, muitos torciam o nariz e sutilmente deixavam a entender que o estudo era irrelevante tendo em vista que seriam fatos passados, esquecidos no tempo. A crise hídrica que o Brasil sofreu em 2014 e continua a sofrer (e daqui para frente poderá pior), é a herança que estamos recebendo, no campo e na cidade. Visitamos em 2015 as fazendas Rezende e Menezes onde o posseiro resistiu em sair. Foram todas transformadas em imensas pastagens. Em consequência as nascentes estão praticamente mortas. Os rios que delas dependem estão sofrendo um catastrófico processo de assoreamento. Especialistas dizem que ainda há tempo para recuperar. Como se vê, a luta de resistência dos posseiros chegou, por essa via, até nós.

## Referências

### Documentação primária impressa

ESPIRITO SANTO (Estado) Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. **Comissão Parlamentar de Inquérito**. CPI de 1953 a 2 vols. e 1953 b – 16 vols. Vitória. 1953.

ESPIRITO SANTO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. **Comissão Parlamentar de Inquérito**. CPI de 1961. 2 vols. Vitória. 1961.

ESPIRITO SANTO (Estado), Poder Judiciário. Fórum de Ecoporanga. .Cartório do 2º Ofício. **Ação de Reintegração de Posse. Lamartine Loureiro contra João Ruas e outros**. Livro Tombo 642, Fls 113. Caixa 10. 1962.

PONTES, Wallace Tarcísio. **Conflito agrário e esvaziamento populacional: a disputa do Contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais (1930-1970)**. 2007.

---

<sup>465</sup> Sobre estes conceitos de historicidade, virtualidade e simultaneidade ver Frei Betto (2000).

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Ciências Humanas e Naturais. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2007.

Obras de apoio

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto. 2011.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiróz, 1979.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: Ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003.

BURKE, Peter. **Varieties de historia cultural**. 2ª edição Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTALDI, Carlo. Aparição do Demônio do Catulé, In: QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de, et. Al. **Estudos de Sociologia e História**. São Paulo, Anhembi. 1957.

DIAS, Luzimar Nogueira. **O massacre de Ecoporanga** – Lutas camponesas no Espírito Santo. Vitória: Editora Companhia dos Jornalistas do Espírito Santo, 1984.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade** (a vida rural e a migração para São Paulo). São Paulo: Perspectiva, 1973.

FAUSTO, Boris. **O crime do restaurante chinês**: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos & abusos da historia oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2002.

FREI BETTO. *Crise da modernidade e espiritualidade*. In: ROITMAN, Ari (Ed.) **Desafio Ético**. Rio de Janeiro: Garamond. 2000. p. 31-46.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GRINBERG, Karla. A historia nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla

Bassanezi e LUCA, Tânia Maria (de) (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris: Presses Universitaires de France, 1968

HALL, Stuart. Pensando a Diáspora: Reflexões sobre a terra no Exterior. In: **Da Diáspora**. Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2003. p. 25-50.

IANNI, Octávio. **Sociologia e sociedade no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

LE GOFF, Jacques. *Memória In*: Enciclopédia Einaudi, vol. 1. LE GOFF, Jacques (org.). Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1985. p. 11-50.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 16ª ed. São Paulo: Cortez. cap. 1 – Ideologia. p. 15. 2003.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão (o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo)**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, José de Souza **A Sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec. 2000.

MARTINS, José de Souza. **Uma Sociologia da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Historia Oral**. 4ª ed. rev. São Paulo: Loyola, 2002.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os Errantes do Novo Século**: Um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades. 1974.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. A ilusão das terras devolutas: colonização particular, exploração madeireira e grilagem. 1889-1930. **Revista de Historia**, Vitória, v. 17. p. 223-243, 2005.

NAGEL, S. F. **A Black Byzantium**. The Kingdom of Nupe in Nigeria. London: Oxford University Press. 1969.

SANTOS, Myrian. O pesadelo da amnésia coletiva. Um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 23, ano 8, 1993.

SOUZA, André Luiz Gomes de. **História do Estado União de Jeová**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES). 1998.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. São Paulo: Paz e Terra. 1992.

VILAÇA, Adilson. **Cotaxé: A reinvenção de Canudos**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), 2007;

VILAÇA, Adilson. **Cotaxé: Romance do Efêmero Estado de “União de Jeovah”**, 4ª ed. Vitória: Textus, 2007.

WEIL, Simone. **A Condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1966. .

### Jornais impressos

Invasão de propriedade particular ocorrida na Região Norte do Estado resulta em graves acontecimentos. **A Gazeta**. Vitória 17 de abril 1962. p. 5

Criminosos da pior espécie fazem parte dos bandos que atacam fazendas: PM atenta. **A Gazeta**. Vitória 18 de abril de 1962. p. 5.

Situação normalizada em Ecoporanga: invasores fugiram da fazenda Rezende. **A Gazeta**. Vitória 19 de abril 1962. p. 6;

Urubus rondam os cadáveres em Ecoporanga. **A Gazeta**, 24 de abril 1962. p. 8

Sem qualquer violência policial foi restabelecida a ordem em Ecoporanga. **A Gazeta**, 25 de abril de 1962. p.10.